



<https://www.publico.pt/2020/12/24/sociedade/noticia/perderamse-irremediavelmente-soutos-cancro-castanheiro-1944127>

Perderam-se “irremediavelmente” soutos para o cancro do castanheiro

O cancro do castanheiro é um problema “grave” nalgumas zonas do país. E “já se perderam irremediavelmente” alguns soutos, alerta uma investigadora do INIAV. A esperança vem agora da “gente jovem”, que está a “instalar novas plantações”. A FAO declarou 2020 o Ano Internacional da Fitossanidade.

Teresa Silveira

24 de Dezembro de 2020, 11:11

Aquilino Ribeiro, que nasceu no Carregal de Tabosa, concelho de Sernancelhe, terra abundante em castanheiros com honras de denominação de origem protegida (DOP), chamou a esta árvore de crescimento lento e de soberba longevidade (pode atingir 1500 anos de vida), “o rei da vegetação lusitana” e “o derradeiro gigante da nossa flora”.

É, porém, uma espécie arbórea que vem sendo castigada pelas doenças. Entre elas, o cancro, desde o final dos anos 80 do século passado. O seu agente causal é o fungo *Cryphonectria parasítica*.

“Nos anos 90 ainda se supunha que a doença estava circunscrita ao nordeste do país”, mas, no início da década 2000, no âmbito de alguns projectos nacionais na ainda Estação Florestal Nacional, hoje integrada no INIAV - Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária (INIAV), foi possível “concluir que a doença já estava presente em todo o país”, conta ao PÚBLICO Helena Bragança, investigadora do Instituto.

Ao mesmo tempo, “detectámos cicatrização natural e provámos a presença de estirpes hipovirulentas do fungo, o que foi uma boa notícia”, prossegue a investigadora. Esse trabalho, diz, “também permitiu fazer um mapeamento da diversidade genética do fungo em Portugal e do seu modo de reprodução”. Um mapeamento que é, aliás, “ainda hoje, a informação mais abrangente e disponível para escolher as zonas que têm boas condições para fazer luta biológica”.

Apesar do esforço desenvolvido no combate à doença, “nalgumas zonas, a situação do cancro é grave, principalmente quando há cancro e tinta em simultâneo”. Helena Bragança constata que “já se perderam irremediavelmente soutos”, o que ela própria constatou “nalgumas zonas que foram reavaliadas agora no âmbito do [projecto Biochestnut](#)”. É o caso da Serra de S. Mamede, no Alto Alentejo, embora haja aí “uma população muito envelhecida e, como esta é uma doença de evolução relativamente lenta, enquanto as árvores forem tendo alguns ramos vivos, as pessoas vão tirando castanha sem fazerem grandes investimentos”, comenta a investigadora do INIAV.

“Ameaça à própria sobrevivência humana”

Se um castanheiro apresentar ramos secos na copa, fendilhamento longitudinal da casca, pequenas pústulas alaranjadas ou castanho-avermelhadas no tronco e nos ramos ou manchas de cor branco-amarelada em forma de leque sob a casca, é mau sinal. A árvore pode estar infectada pelo [cancro](#). O fungo infecta o castanheiro através de uma qualquer ferida no lenho, provocada por cortes de poda ou através da enxertia. E os esporos são facilmente transportados pelo vento, pela chuva e, até, por insectos.

“Num tempo em que tanto se fala de como os agentes de doença podem ser tão devastadores e rápidos a dispersarem-se pelo mundo, poucos têm consciência de que com as doenças das plantas se passa algo muito semelhante”, alerta Helena Bragança. Refere mesmo que “as doenças das plantas são uma ameaça à própria sobrevivência humana”, já que, “sem plantas, não vivemos”.

Ora, “a frequência com que são detectados todos os dias novos agentes fitopatogénicos é muito preocupante”. A investigadora do INIAV não tem dúvidas de que “a globalização e os desequilíbrios ecológicos, eventualmente acelerados pelas alterações climáticas”, são “as causas mais prováveis para o aparecimento de novos focos de doença”.

E, na maior parte dos casos, “não há cura possível”, diz Helena Bragança. Contudo, “cientistas fitopatologistas em todo o mundo fazem um esforço para estudar e responder com as soluções possíveis”. A luta contra o cancro do castanheiro é, aliás, “um bom exemplo de como a ciência fundamental veio trazer soluções para que a ciência aplicada possa dar as respostas necessárias ao controlo da doença”.

Gente jovem a plantar castanheiros

Portugal, diz a investigadora, “está a fazer o que é possível fazer” para combater o cancro do castanheiro. Principalmente porque “surgiram outras doenças florestais com maiores impactos e que obrigaram a canalizar muitos recursos para o seu combate, como é o caso do [nemátodo](#) e do [Fusarium circinatum](#), no pinheiro”.

Esta, como outras doenças das árvores, é, porém, “difícil de combater”. E “só com o conhecimento das dinâmicas das doenças” e uma “boa gestão” se podem atenuar os impactos.

Apesar das dificuldades, Portugal, através da [DGAV – Direcção-Geral de Alimentação e Veterinária](#), autoridade nacional para a Fitossanidade e o [ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas](#) (com delegação de competências para o caso das florestas) “têm feito um excelente trabalho”, com a colaboração técnico-científica dos laboratórios, na implementação dos planos de contenção impostos pela União Europeia para as doenças de quarentena.

Por outro lado, “há gente jovem a instalar novas plantações” de castanheiros, nota Helena Bragança. Um esforço de investimento na espécie que “é muito importante, pena é que usem variedades importadas e não as variedades tradicionais”, lamenta Helena Bragança. É que, diz, a longo prazo, essa opção “pode originar perda de património genético” e gerar “implicações na fitossanidade”.

[Fitossanidade](#) foi, justamente, o lema do ano 2020 em matéria agrícola e silvícola. A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) declarou-o como o [Ano Internacional da Fitossanidade](#).

“Temos excelente castanha” em Portugal

“Na minha opinião, com a luta biológica induzida no caso do cancro, a obtenção de castanheiros resistentes à tinta, e o controlo da vespa das galhas, tendem a atenuar-se os impactos negativos no castanheiro”, diz a investigadora. Isto, “se outra doença não chegar entretanto”.

A responsável do INIAV deixa, no entanto, um aviso: “Antes de um ensaio de luta biológica, idealmente deviam ser feitas análises ao local, para verificar qual o tipo de reprodução e, principalmente, quais os grupos de compatibilidade vegetativa de fungo aí existentes”. É que, se não houver conhecimento sobre esses grupos de compatibilidade vegetativa (GCV) e for aplicado o bioproduto, “podem ser introduzidos GCV diferentes dos que lá existem e o tratamento não resultará”.

É que, “mais grave do que gastar dinheiro em vão, é o facto de, ao introduzir novos grupos num local, se estar aí a criar cada vez mais dificuldades a médio e longo prazo, quer ao tratamento induzido, quer à dispersão da hipovirulência natural”. Nestes casos, pode mesmo haver “um risco de se intensificar a gravidade da doença”.

Em Portugal “temos excelente castanha”. Helena Bragança é taxativa a afirmar que “esta fileira ainda é económica, social e culturalmente muito importante em muitas zonas do país”, apesar de estar “assente em minifúndio” e não ter, “eventualmente, o peso político que outras [fileiras] têm”, diz esta especialista do INIAV.

INIAV: “ao melhor nível do que se faz lá fora”

O INIAV, recorde-se, é um laboratório do Estado com equipas especializadas a fazer diagnóstico em todas as áreas da fitossanidade (Micologia, Entomologia, Virologia, Bacteriologia, Nematologia, etc).

“Recebemos anualmente milhares de amostras para analisar”, revela Helena Bragança, explicando que são [Laboratório Nacional de Referência para a Sanidade Vegetal](#), onde trabalham com “as mesmas metodologias que são usadas nos melhores laboratórios de fitossanidade da Europa”. São, aliás, “escrutinados com avaliações internacionais, lado a lado com equipas de outros laboratórios europeus”.

A investigadora sublinha que “o que fazemos está ao melhor nível do que se faz lá fora”, tendo, inclusive, “equipas a trabalhar em investigação nas doenças das plantas

em articulação com universidades e institutos nacionais e internacionais". Cita, aliás, ao PÚBLICO o seu exemplo, pois fez parte do estudo do cancro do castanheiro no [WSL-Swiss Federal Institute for Forest, Snow and landscape](#), perto de Zurique, tido como uma referência em patologia florestal. Esteve, posteriormente, um ano como investigadora convidada na [Universidade de Aberdeen](#) (Reino Unido), ao abrigo de uma licença sabática, a estudar doenças que afetam as raízes das árvores, como é o caso da tinta do castanheiro.

"No caso do castanheiro, o conhecimento que temos das doenças e da sua dinâmica tem ajudado a encontrar soluções, quer com a luta biológica para o controlo do cancro (ainda numa fase experimental e sujeita a autorizações especiais da DGAV), quer com programas de melhoramento que permitam a obtenção de plantas mais resistentes às doenças", refere Helena Bragança.

Questões burocráticas "desgastam"

Consciente de que "nem tudo é perfeito" e de que "os recursos são escassos", a investigadora do INIAV queixa-se, acima de tudo, do "tempo gasto a resolver questões burocráticas e de logística". Isso, diz, "desgasta-nos e tira o foco do que é realmente essencial" e "talvez seja o nosso maior problema como país".

O PÚBLICO questionou Helena Bragança sobre o Programa Operacional de Sanidade Florestal (POSF) 2014-2020 e sobre se os investigadores que trabalham no combate ao cancro do castanheiro beneficiaram de apoios no âmbito deste programa operacional.

A investigadora começa por lembrar que o "POSF enquadra um conjunto de princípios orientadores" que promovem a operacionalização de acções de prevenção e controlo das principais pragas florestais em território continental. Ela própria faz parte da equipa interinstitucional de técnicos e investigadores que o concebeu.

A revisão do POSF em 2018 instituiu os sub-programas operacionais, entre os quais o do castanheiro. "No caso dos investigadores, como é o meu caso, o nosso papel é o de dar uma contribuição técnico-científica que dê suporte", diz Helena Bragança.

Por essa razão, "não posso dizer que beneficiámos directamente deste programa", diz, embora a interacção com uma rede estruturada de I&D [investigação e desenvolvimento] lhes dê "uma visão mais integrada, prática e direccionada para a realidade".

Em matéria de financiamento para a investigação, porém, "infelizmente" esse "é independente dessas linhas orientadoras". Aliás, "não raras vezes obedece a critérios que pouco têm que ver com as necessidades reais de resolver os problemas fitossanitários mais importantes". Dá, até, um exemplo: "durante anos, os painéis de avaliadores de candidaturas à FCT [Fundação para a Ciência e Tecnologia] na área da sanidade não tinham peritos da área da fitopatologia".